

Data: 10 janeiro 2012

Media: Construir

Venda de património imobiliário da LPIM em 2010 rendeu mais de 12 milhões de euros

10 de Janeiro de 2012 às 17:48:04 por LUSA

A venda de património imobiliário afecto ao ministério da Defesa em 2010 rendeu 12.228.800 euros que serão aplicados no Fundo de Pensões dos Militares, segundo o relatório de execução da Lei de Programação de Infra-estruturas Militares (LPIM).

De acordo com o documento, a que a agência Lusa teve acesso, em 2010 foram vendidos à ESTAMO – empresa que gere as participações imobiliárias do Estado português – o Quartel da Sofia, em Coimbra (por 2.420 milhões de euros), o Grupo nº1 de Escolas da Armada, em Vila Franca de Xira (por 8.536 milhões de euros) e o Forte do Areeiro, em Oeiras (por 1.272.800 euros).

“O proveito relativo à rentabilização dos imóveis constantes do quadro supra, no montante global de 12.228.800 euros, reverteu, na sua totalidade, para o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, visando a sua capitalização”, diz o relatório de execução de 2010.

O documento informa que “acrescem a estes valores 22.500 milhões de euros, que transitaram de 2009 e foram inscritos em 2010”.

“A rentabilização do património imobiliário do Estado afecto ao ministério da Defesa Nacional e disponibilizado pelas Forças Armadas gerou em 2010 receitas que permitiram apenas assegurar a medida. Em 2010 não foi possível recorrer a outras verbas do ministério da Defesa Nacional para o reforço da LPIM e, por isso, não foi possível continuar o desenvolvimento de outras medidas financiadas por tal mecanismo em 2009”, lê-se no documento.

O relatório refere ainda que na próxima revisão da LPIM (que devia ter acontecido em 2011) “serão ponderadas os aspectos a reajustar tendo em consideração a experiência resultante da aplicação da lei desde o início da sua vigência”.

O relatório de acompanhamento da execução da LPIM foi enviado na segunda-feira à Comissão Parlamentar de Defesa, depois de o Diário de Notícias ter noticiado que este documento devia ter sido facultado aos deputados que acompanham a área já há vários meses.

Na nota interna que introduz o documento, onde se pode ler “muito urgente”, o gabinete do ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, refere que, “por lapso que muito se lamenta”, o relatório “não foi atempadamente enviado”.